



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 67/XIV/ 2.ª SL

Aos 14 dias do mês de abril de 2021, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Saúde, na sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

10:00 HORAS

1. *Audição, por videoconferência, dos Diretores de Serviço do Centro Hospitalar de Setúbal (CHS), requerida pelo PAN, «para que sejam ouvidas todas as dificuldades e propostas de resolução apontadas pelos representantes do CHS»;*
2. *Informações;*
3. *Apreciação e votação das atas n.ºs 65 e 66, de 6 e 7 de abril de 2021;*
4. *Outros assuntos.*

1. Audição, por videoconferência, dos Diretores de Serviço do Centro Hospitalar de Setúbal (CHS), requerida pelo PAN, «para que sejam ouvidas todas as dificuldades e propostas de resolução apontadas pelos representantes do CHS»

A Presidente agradeceu a presença e a disponibilidade dos Diretores de Serviço do Centro Hospitalar de Setúbal e concedeu a palavra à Deputada Bebiana Cunha.

A Deputada Bebiana Cunha apresentou o requerimento do PAN e começou por contextualizar e descrever a situação do Centro Hospitalar de Setúbal e a sua sobrelotação, que teve oportunidade de conhecer em primeira mão aquando da sua visita a essa unidade, colocando de seguida questões sobre as dificuldades existentes e as soluções propostas para as resolver e ainda sobre a existência de resposta à mais recente Carta enviada pelos diretores de serviço.

Respondeu o Dr. José Poças, começando por afirmar que há 30 anos que lutam pela dignidade dos cuidados de saúde da população, mais referindo que o Hospital é um hospital diferenciado e a unidade a que muitos doentes do Alentejo se habituaram a recorrer. Notou ainda que o Hospital tem problemas de espaço e de atração e fixação de novos quadros médicos, salientando que a pandemia veio agravar o défice estrutural

Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 67/XIV/ 2.ª SL

e que os planos da nova unidade não foram acompanhados pelo plano de reabilitação dos espaços existentes, não correspondendo às atuais necessidades.

Dada a palavra aos Deputados presentes, intervieram: Ivan Gonçalves, que começou por agradecer a exposição feita, notando as dificuldades existentes e as soluções propostas, reconhecendo que a pandemia tem condicionado o funcionamento dos serviços de urgência, e que os espaços são de facto insuficientes, tendo colocado questões sobre os números da afluência às urgências e a transferência de serviços; Nuno Carvalho, que começou por notar os problemas pré-existentes e a ausência de soluções, esperando que as iniciativas possam resolver a questão estrutural, colocando questões sobre as soluções imediatas para atrair mais profissionais e sobre os serviços afetados com a falta de espaço e as falhas a nível material e humano; Moisés Ferreira, que questionou sobre a suborçamentação dos serviços, o impacto nos cuidados de saúde resultantes da solução de instalar um piso técnico num andar intermédio, sobre as soluções prementes e necessárias que devem estar incluídas no plano de remodelação de serviços e sobre o reforço de pessoal durante a pandemia; Paula Santos, que agradeceu a exposição detalhada e notou que os problemas não são novos, salientando o financiamento desadequado, o envelhecimento dos quadros e a falta de profissionais e espaços, colocando questões sobre as medidas necessárias para fixar profissionais e sobre os elementos em falta para o regular andamento do concurso de ampliação das instalações.; Ana Rita Bessa, que agradeceu a informação prestada sobre a realidade que tiveram oportunidade de apreciar aquando da visita ao Hospital, colocando de seguida questões sobre a suficiência da verba alocada para resolver os problemas, sobre os recursos humanos existentes e a atual capacidade da UCI; Cristina Rodrigues, que declarou serem conhecidas as dificuldades no acesso à saúde no distrito de Setúbal e colocou questões sobre os investimentos prioritários a realizar e sobre os números de profissionais infetados com COVID, a dispensa de enfermeiros em Setúbal e os investimentos em cuidados de saúde primários.

Responderam os Diretores de Serviço do Centro Hospitalar de Setúbal, começando o Dr. José Poças por referir que o piso técnico é paradigmático do que não querem que se repita no plano de ampliação, referindo que o projeto não obedeceu ao que era preciso e que a ampliação deve responder às necessidades para o futuro, referindo ainda que durante a pandemia houve respostas diferentes nas diferentes fases, notando que os doentes estão a recorrer a um pré-fabricado instalado no local onde vai ser



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 67/XIV/ 2.ª SL

construído o novo edifício, pelo que as obras só poderão começar quando acabar a pandemia. Concluiu por dizer que as obras de ampliação são fulcrais e emergentes.

A Dra. Isabelle Cremers referiu que gostaria de deixar o Hospital em boas condições, notando que este está melhor do que quando lá começou a trabalhar, mais referindo que a pandemia veio revelar muitas fragilidades e agravar dificuldades já existentes, identificando e desenvolvendo os quatro aspetos fundamentais para a resolução desta questão, a saber: a requalificação do Hospital, a sua ampliação, o destino a dar ao Hospital do Outão e o financiamento adequado para melhorar as condições e contratar e fixar profissionais.

O Dr. Carlos Ribeiro descreveu o Hospital do Outão, a sua área de influência e o trabalho lá desenvolvido, apresentando números sobre os tratamentos e cirurgias ortopédicas e de traumatologia, notando a redução de camas devida à pandemia, e a inexistência de meios para recuperar a atividade, salientando ser essencial melhorar as instalações e notando a qualidade do trabalho prestado e do pessoal, concluindo ser incomportável transportar esta estrutura para Setúbal.

O Dr. Luís Cortez começou por agradecer o apoio manifestado às reivindicações em diversos quadrantes e salientou que a principal função é garantir o acesso das populações aos cuidados de saúde e dar resposta às necessidades, notando que o défice de camas era um problema já existente e que os meios da UCI são os mesmos desde que o Hospital abriu, reconhecendo que a situação se agravou durante a pandemia, havendo períodos de rutura e uma taxa de esforço muito superior à da maioria dos hospitais, o que justifica mais do que nunca os investimentos e ampliações necessárias, embora o atual plano não seja adequado. Concluiu que as preocupações se mantêm válidas porque muito foi já planeado e nada ainda foi feito e há um mercado desinvestimento na saúde pública e conseqüente suborçamentação, o que é manifestamente prejudicial.

Na segunda ronda de perguntas, solicitaram esclarecimentos adicionais os Deputados Ivan Gonçalves, Nuno Carvalho, Paula Santos e Bebiana Cunha, que foram prestados pelos Diretores de Serviço.

A Presidente agradeceu a exposição clara e muito elucidativa que foi feita pelos Diretores de Serviço, agradecendo a sua presença e disponibilidade, dando de seguida a audição por encerrada.



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 67/XIV/ 2.ª SL

2. Informações

A Presidente começou por dar nota da Conferência interparlamentar, organizada em conjunto pela Comissão de Saúde e pela Comissão de Trabalho e Segurança Social sobre a «Covid-19: impacto na saúde e efeitos sociais», realizada no dia anterior. Referiu que os trabalhos correram muito bem e que foram muito profícuos, tendo recebido *feedbacks* muito positivos. Por fim, agradeceu aos Deputados que participaram e aos serviços envolvidos na organização. Informou que, na reunião de mesa e coordenadores que teve lugar no dia 7 de abril de 2021, foram consensualizadas duas novas grelhas de tempos. A primeira grelha de tempos diz respeito às audições mensais do Coordenador da Task-Force para o Plano de Vacinação contra a COVID19, requeridas pelo PSD, e a segunda reporta-se às audições com entidades, requeridas por Grupos Parlamentares ou DURP, que já foi utilizada na audição de hoje. Informou, ainda, que a Iniciativa Liberal requereu a discussão em Comissão do PJR n.º 123/XIV/1.ª (*Pela não implementação de obrigatoriedade de permanência dos médicos no SNS após formação especializada*), que será agendado para a próxima reunião e que solicitou, igualmente, que se procedesse à discussão na especialidade, em Comissão, dos PJR n.ºs 245/XIV/1.ª (*Pela proximidade no acesso ao medicamento*) e 246/XIV/1.ª (*Pela sustentabilidade no acesso ao medicamento*). Na senda do que tem sido feito, a equipa de apoio à Comissão está a preparar um mapa comparativo que incluirá os aludidos Projetos de Resolução, bem como os PJR n.º 122/XIV/1.ª, do CDS-PP e o PJR n.º 286/XIV/1.ª, do PCP, que incidem sobre a mesma matéria, com vista à eventual elaboração de um texto único. Por fim, sobre os futuros agendamentos, comunicou que, na sequência do requerimento do PS, o Coordenador da Task-Force para a promoção do «Plano de Operacionalização da Estratégia de Testagem em Portugal», Fernando Almeida, foi convocado para o dia 21 de abril, para prestar informações sobre o processo de testagem no país, em conjunto com a CEAMCOVID19, estando os serviços a aguardar confirmação e que a audiência, sinalizada pelo PCP, do Sindicato Independente dos Médicos (SIM) e da Federação Nacional dos Médicos (FNAM), sobre «o combate à pandemia e defesa do SNS» foi agendada para o dia 28 de abril de 2021. A Deputada Sónia Fertuzinhos perguntou qual a razão pela qual a audição «dos promotores da petição pelo acesso generalizado aos testes rápidos de antigénio», requerida pelo BE, não tinha sido marcada antes da audição do Coordenador da Task-



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 67/XIV/ 2.ª SL

Force para a promoção do «Plano de Operacionalização da Estratégia de Testagem em Portugal». A Presidente esclareceu que o Deputado Moisés Ferreira, aquando da discussão do requerimento, referiu expressamente que aquela audição seria pilotada pela CEAMCOVID19. O Deputado Moisés Ferreira informou que iria solicitar que a audição fosse marcada naquela Comissão.

3. Apreciação e votação das atas n.ºs 65 e 66, de 6 e 7 de abril de 2021.

As atas n.º 65 e 66, de 6 e 7 de abril, foram aprovadas por unanimidade, registando-se a ausência do PAN e do CH.

A reunião foi encerrada às 11:53 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada, podendo a respetiva gravação ser acedida neste [link](#) e neste [link](#). A vídeo gravação da audição efetuada durante a presente reunião poderá ser acedida neste [link](#)

Palácio de São Bento, 15 de abril de 2021.

A PRESIDENTE

(MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 67/XIV/ 2.º SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Rodrigues (PS)
Bruno Aragão (PS)
Cristina Jesus (PS)
Hortense Martins (PS)
Joana Lima (PS)
Maria Antónia De Almeida Santos (PS)
Sónia Fertuzinhos (PS)
Susana Amador (PS)
Susana Correia (PS)
Telma Guerreiro (PS)
Alberto Machado (PSD)
Álvaro Almeida (PSD)
António Maló De Abreu (PSD)
Cláudia Bento (PSD)
Pedro Alves (PSD)
Ricardo Baptista Leite (PSD)
Rui Cristina (PSD)
José Manuel Pureza (BE)
Moisés Ferreira (BE)
Paula Santos (PCP)
Ana Rita Bessa (CDS-PP)
Bebiana Cunha (PAN)
André Ventura (CH)
Francisco Rocha (PS)
Ivan Gonçalves (PS)
João Gouveia (PS)
Luís Soares (PS)
Marta Freitas (PS)
Sara Velez (PS)
Fernanda Velez (PSD)
Helga Correia (PSD)



Comissão de Saúde

ATA NÚMERO 67/XIV/ 2.ª SL

Nuno Miguel Carvalho (PSD)

Cristina Rodrigues (NINSC)

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Sandra Pereira (PSD)

